

Boa tarde

Senhor Presidente do Instituto Politécnico de Setúbal,
Prof. Doutor Armando José Pinheiro Marques Pires
Senhoras e Senhores,

Deixem-me dizer-vos que é para mim muito gratificante poder participar nesta Sessão Solene Comemorativa do Dia do Instituto Politécnico de Setúbal. Esta Escola tem granjeado ao longo dos anos um capital de qualidade e excelência que constitui hoje um importante referencial no domínio do ensino politécnico.

É com grande satisfação que felicito o Instituto Politécnico de Setúbal pela promoção de um ensino moderno que transmite conhecimento científico e técnico de excelência, incentivando a inovação e adaptando a oferta formativa às necessidades dinâmicas da sociedade.

É pois para mim motivo de grande orgulho ter autorizado o financiamento de vários projectos quando desempenhava o cargo de Ministra da Ciência, Inovação e do Ensino Superior e

constatar que são projectos de sucesso e grande importância para a região.

Consegui financiar num período de grande contenção orçamental a Escola Superior de Saúde e respectiva cantina, a Escola Superior de Tecnologia do Barreiro, a cantina do Barreiro e o equipamento para a Residência Manteigadas.

O principal objectivo do meu discurso de hoje é falar sobre o futuro do ensino superior politécnico na Europa e descrever o impacto de programa Europeus tais como o H2020, o próximo programa-quadro europeu para a investigação e inovação correspondente ao período de 2014-2020, e o Quadro Estratégico Europeu neste domínio.

O papel das Instituições de Ensino Superior e a necessidade de modernização

Vivemos tempos difíceis de mudança perante os novos desafios da globalização. É necessário que o ensino superior se adapte a estas novas circunstâncias. Precisamos de indivíduos que

possam contribuir activamente para o desenvolvimento económico e bem-estar das sociedades.

É urgente melhorar as condições para a promoção da inovação e mobilizar os recursos adicionais para as actividades de educação, investigação, e desenvolvimento tecnológico.

Os desafios que se colocam às instituições de ensino superior na era da globalização são enormes:

- Desde atingir a excelência conducente ao reconhecimento internacional;
- Contribuir para o crescimento económico e criação de mais e melhores empregos e desenvolvimento regional;
- Contribuir para a formação dos recursos humanos a nível regional, nacional e internacional, e
- Procurar novas fontes de financiamento.

Estes desafios requerem por parte das instituições de ensino superior uma forte capacidade de investigação científica, facilidade de envolvimento com actores heterogéneos como parceiros, novas competências e a capacidade de agir rapidamente, com agilidade, estando continuamente abertos à mudança.

São vários os constrangimentos das instituições de ensino superior.

Sub-financiamento

Em primeiro lugar, o contínuo agravamento do sub-financiamento das instituições de ensino superior compromete a sua capacidade de atrair e reter os melhores talentos e de reforçar a excelência da sua investigação e das actividades de ensino. É urgente aumentar e diversificar as receitas, através da manutenção do financiamento público para a investigação e ensino e, sempre que possível, do seu aumento, e do aumento das contribuições privadas, criando um sistema fiscal favorável para atrair doações privadas e, por último, as contribuições dos alunos, sob a forma de propinas e inscrição apoiadas por um forte sistema de acção social para os alunos carenciados, a fim de permitir um acesso democrático ao ensino superior.

No ensino superior, os países da UE gastam em média apenas 1,1% do PIB, muito abaixo do Canadá (2,5%), dos Estados Unidos (2,7%) e da Coreia do Sul (2,7%). Em média, as Universidades Americanas têm mais meios do que as

Universidades Europeias. Se calcularmos por aluno, os seus recursos financeiros são duas a cinco vezes maiores.

Antes do início da crise, Portugal encontrava-se na média europeia no financiamento em % do PIB, mas já nessa altura o financiamento por aluno, 5.000 euros, era cerca de metade da UE e um quarto dos Estados Unidos. A situação tem-se agravado desde então.

De salientar que ao sub-financiamento do Sistema de Ensino Superior se soma o sub-financiamento do Sistema Científico.

Na investigação científica, os países da UE investem 1,9 % do PIB enquanto os Estados Unidos, a Coreia do Sul e o Japão investem perto de 3 % do PIB. Em Portugal este valor é de 1.5.

Para ultrapassar estes constrangimentos, cabe ao governo, nas negociações das prioridades do Quadro Comunitário Europeu, considerar a ciência, o ensino superior e a inovação uma prioridade e, por outro lado, criar condições para que as instituições de ensino superior possam concorrer a financiamentos a nível intencional, nomeadamente ao H2020.

Por outro lado, cabe às instituições de ensino superior definir uma estratégia de financiamento com o objectivo de encontrar as fontes que compensarão a ausência de financiamento das fontes públicas tradicionais.

As instituições de ensino superior deverão assumir uma maior responsabilidade na sua sustentabilidade financeira a longo prazo, particularmente no tocante à investigação.

Mas para que tal seja possível é necessário assegurar uma verdadeira autonomia e responsabilização das instituições de ensino superior de modo a conferir a capacidade de reagir à mudança. As instituições de ensino superior devem ser libertadas do quadro de regulação excessiva e dos ónus da micro gestão, e deverão aceitar a plena responsabilidade institucional pelos seus resultados perante a sociedade.

A falta de massa crítica e de diferenciação no mundo académico

Uma outra questão é a falta de massa crítica e a fragmentação dos vários aspectos da inovação.

Nos Estados Unidos apenas 3% das instituições de topo recebem cerca de 80% da despesa em I&D. Este exemplo contrasta com o exemplo na Europa, em que os recursos estão muito mais dispersos.

O projecto europeu assenta na diversidade e essa diversidade em também um valor acrescentado. Não se pretende a mesma concentração de recursos como nos EU no entanto temos de arranjar soluções para aumentar a massa crítica mantendo a diversidade europeia.

No âmbito da sua autonomia, as instituições deverão incentivar a ligação em rede de modo a gerar massa crítica, interdisciplinaridade, forte dimensão europeia e internacional e ligação à sociedade.

A fusão e os consórcios entre instituições deverão concretizar-se através de uma gestão integrada com resultados de escala e de economia. A decisão de fusão ou de consórcios deverá ser

sempre uma iniciativa das próprias instituições, no âmbito da sua autonomia.

Os cursos conjuntos, os diplomas duplos e os cursos "europeus" de mestrado ou de doutoramento contribuirão para aumentar a massa crítica, para a internacionalização e capacidade de atrair bons alunos.

Por outro lado, é fundamental manter o ensino universitário e politécnicos separados e bem diferenciados. O ensino superior politécnico é crucial para ajudar Portugal a sair da crise pois oferece os quadros que irão entrar directamente na economia.

Aumentar o número de alunos

Em Portugal a percentagem de alunos com ensino superior é das mais baixas e o aumento tem de ser feito através dos Politécnicos.

O grande estrangulamento está ao nível do abandono escolar nos ensinos básico e secundário. É este problema que tem de ser

atacado e para isso temos de encontrar vias alternativas através do ensino dual, mas sempre permitindo a mobilidade entre os vários tipos de ensino.

Esta forma de qualificação profissional que une teoria e prática é muito importante e contribui grandemente para reduzir a percentagem de desemprego jovem.

Promoção da investigação e da inovação

O país precisa de investir em ciência, inovação, educação e formação, de modo a desenvolver as capacidades necessárias ao mercado de trabalho, de modo a criar o conhecimento que se traduzirá mais tarde em bens e serviços mais inovadores e em melhor qualidade de vida para os cidadãos.

A investigação e a inovação são os motores do crescimento económico, social e ambiental. Por isso a UE estes dois tópicos no centro das suas políticas.

No entanto, apesar do nosso país ter conseguido reduzir o gap de inovação e melhorar drasticamente os seus indicadores na área

da investigação científica e inovação não conseguiu reduzir o gap no que respeita ao PIB per capita em relação à média europeia. O facto de, ainda assim, o gap de inovação ter uma tendência positiva é uma situação peculiar e singular. Como explicar esta situação? Embora todos os indicadores da inovação tenham melhorado, os aumentos mais significativos estão ligados ao sector público com valores ainda baixos em indicadores importantes, como por exemplo a passagem de doutorados para o sector privado. Além disso as condições quadro gerais e as forças motrizes para estimular a inovação no sector privado não são muito fortes em Portugal.

Este caso prova que o investimento em conhecimento é uma condição necessária mas não suficiente para o crescimento e emprego. As condições macroeconómicas, as regras da concorrência, o bom funcionamento do mercado, a política fiscal, a eficiência e agilidade da administração pública, sector dos serviços altamente qualificado, a capacidade de absorção por parte da sociedade de produtos, ideias e conceitos inovadores são aspectos que têm uma influência fundamental na relação entre a inovação e o PIB per capita.

Além de assegurarem a educação e a formação dos seus alunos, as instituições de ensino superior promovem a investigação, produzem conhecimento, estimulam o progresso tecnológico, a inovação e, com tudo isto, prestam um inestimável serviço à comunidade. Mas é fundamental aprofundar esta última vertente. Para tal é muito importante que as instituições de ensino superior aprofundem a sua ligação às regiões onde se encontram inseridas - como certamente o faz esta escola.

É crucial que as instituições de ensino superior se tornem um motor do desenvolvimento regional incentivando a inovação e a melhoria da produtividade dos agentes económicos e institucionais, estimulando as suas regiões de inserção a tornarem-se mais competitivas e geradoras de novas oportunidades e de mais emprego.

O ensino politécnico tem centros de excelência, mas deve fazer um esforço para aumentar o número destes centros, assegurando o desenvolvimento sustentável das regiões e do país.

Internacionalização

Por outro lado, é fundamental continuar a batalha pela internacionalização, pela participação em redes internacionais, pela visibilidade e notoriedade das instituições. As instituições devem ser polos de atracção de talentos e de espíritos críticos e criativos – estou a pensar tanto nos especialistas e nos docentes como nos alunos e nos funcionários.

O espaço europeu de ensino superior e de investigação, nomeadamente com os países associados à UASnet, e o espaço lusófono são prioritários para a estratégia de internacionalização dos Institutos Politécnicos.

Os programas europeus tentam precisamente dar resposta a todas estas preocupações, nomeadamente através do H2020 e da aplicação dos fundos estruturais.

O Horizonte 2020

Concebido para fazer face ao subinvestimento europeu em conhecimento, à fragmentação dos recursos e à burocracia excessiva, o Oitavo Programa-Quadro, designado Horizonte

2020, na forma como está a ser concebido, irá ser o maior programa de investimento em ciência e inovação do mundo.

Enquanto relatora do programa específico Horizonte 2020, envidarei todo o meu esforço para que este programa produza o efeito estrutural necessário para a melhoria da competitividade da economia e da qualidade de vida no espaço europeu.

O Horizonte 2020, a vigorar entre 2014 e 2020, representará um aumento muito significativo do financiamento da União Europeia à investigação e à inovação. O investimento passará dos 52 mil milhões de euros, do actual quadro (que termina em 2013), para 70 mil milhões de euros.

O investimento será distribuído de forma equilibrada entre três pilares fundamentais: excelência científica, liderança industrial e desafios sociais. O grande objectivo, assumido pelas instâncias europeias, é elevar a Europa a uma posição de liderança mundial na ciência e, simultaneamente, recuperar a competitividade industrial, sem esquecer os desafios sociais característicos de uma sociedade moderna.

Nos últimos anos a participação da indústria nos programas europeus de ciência e inovação tem vindo a decair. O Horizonte 2020 pretende contrariar este efeito, nomeadamente, incentivando a intervenção activa das pequenas e médias empresas europeias - essenciais para a melhoria da competitividade da economia. A especificidade dos sectores em que as PME's actuam e o tipo de actividade que as mesmas desenvolvem dentro deles será tomada em consideração e o acesso aos programas de incentivos será simplificado.

O Horizonte 2020 será um programa com uma estrutura e com regras mais simples. Não existe qualquer incompatibilidade entre a simplificação das regras de funcionamento dos programas e o rigor na gestão dos mesmos. Muitas vezes verifica-se precisamente o contrário - a complexidade prejudica de forma directa a eficácia e o rigor na atribuição dos incentivos. Além disso, existem as regras elaboradas pelos próprios Estados-Membros, como é o caso de Portugal, que muitas vezes reforçam a complexidade das regras europeias. Também aqui tem de ser feito um grande esforço de simplificação, sem o qual a eficácia dos programas pode ficar parcial ou totalmente prejudicada.

O problema da Europa não é a falta de investigação científica de qualidade, mas a debilidade da sua transferência para a economia e da sua concretização no mercado. O Horizonte 2020 ambiciona cobrir todo o caminho, muitas vezes longo e dispendioso, entre a investigação fundamental, o desenvolvimento tecnológico, a demonstração industrial e remoção de barreiras à entrada de produtos e processos inovadores no mercado. Este ensejo exige definições mais claras e rigorosas do próprio conceito de inovação e dos processos que lhe estão associadas. Tal clarificação deverá ocorrer tanto ao nível dos conceitos envolvidos como no que respeita aos montantes a atribuir especificamente à inovação.

O programa promete alterar a paisagem da investigação na Europa afastando as dificuldades à entrada nas redes europeias, alargando-as a um maior número de participantes, independentemente da sua dimensão. Para tal será imprescindível melhorar a transparência das mesmas. Esta é uma questão de grande importância para as PME's, as instituições de ensino superior e os centros de investigação, sobretudo para os de menor dimensão.

O desemprego jovem é um problema que a Europa tem de encarar de frente. Por isso o Horizonte 2020 terá a preocupação de criar condições para aumentar o emprego dos jovens cientistas. As regras de participação nos projectos serão desenhadas de modo a envolver o maior número possível de investigadores ainda desvinculados dos centros de investigação. Assim o programa contribuirá também para contrariar a fuga de cérebros do espaço europeu.

O efeito de excelência científica, competitividade industrial e empenho nos desafios sociais não pode ser alcançado com os recursos de um único programa. Por isso o Horizonte 2020 deverá ser articulado e complementado com os Fundos Estruturais. Estes deverão, por um lado, capacitar o tecido empresarial, através de financiamento aos equipamentos e aos recursos humanos, a desenvolver projectos nas áreas prioritárias do Horizonte 2020 e, por outro, a valorizar os resultados da investigação desenvolvida ao abrigo do Horizonte 2020, permitindo o seu escoamento para a economia e o seu uso na sociedade. Idealmente, estas sinergias serão exploradas e

potenciadas de forma a reforçar o impacto dos avultados investimentos que ambos os programas representam.

A importância que o Oitavo Programa-Quadro Europeu, Horizonte 2020, terá para Portugal é indiscutível. Esperemos que a actual política de reforma estrutural do estado e da sociedade portuguesa nos venha a colocar na posição adequada para, num futuro próximo, podermos retirar do Horizonte 2020 todos os benefícios que ele encerra.

O Próximo Quadro Estratégico Europeu (QEC) e a sua Aplicação a Portugal

Outra importante fonte de financiamento para a área do conhecimento, é o Quadro Estratégico Comum, para o período 2014-2020, que está alinhado com os objectivos e metas de crescimento inteligente, sustentável e inclusivo que se encontram consagrados na Estratégia Europa 2020.

Os cinco fundos comunitários (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), Fundo Social Europeu (FSE), Fundo de Coesão, Fundo Europeu Agrícola de

Desenvolvimento Rural (FEADER) e Fundo Europeu para os Assuntos Marítimos e as Pescas (FEAMP)), que integram o Quadro Estratégico Comum devem ser considerados em conjunto e deve ser assegurada a sua utilização coordenada a fim de concretizar objectivos comuns.

A crise e as respectivas restrições orçamentais impõem a necessidade de canalizar os recursos das políticas europeias para soluções conducentes ao crescimento económico e ao emprego sem perder de vista os objectivos estratégicos de longo prazo de combate às principais fragilidades e desigualdades das regiões.

Devem ser evitadas soluções de curto prazo e a utilização dos fundos para substituir Orçamento de Estado pois este exercício representa uma distorção da natureza estruturante e de objectivos de longo prazo dos fundos estruturais.

A Política de coesão continuará a ser o principal instrumento de investimento público para Portugal no futuro próximo. É nossa responsabilidade garantir que este investimento produza os resultados esperados contribuindo com soluções para a saída da

crise, o relançamento do crescimento económico, a criação de emprego, inclusão social e o aumento das exportações.

O país precisa de investir em ciência, inovação, educação e formação, de modo a desenvolver as capacidades necessárias ao mercado de trabalho, de modo a criar o conhecimento que se traduzirá mais tarde em bens e serviços mais inovadores e em melhor qualidade de vida para os cidadãos. Espero que no próximo programa quadro seja criado um subprograma que financie exactamente estas áreas.

Ao definir as prioridades viradas para o crescimento económico com base na qualificação dos recursos humanos, na ciência e na inovação e na eficiência da utilização dos recursos naturais, Portugal potenciará a sua capacidade para sair da crise mais forte e melhor preparado para os desafios da globalização.

CONCLUSÃO

Gostaria de concluir resumindo os principais pontos:

1) Em primeiro lugar, o sistema de ensino superior politécnico é fundamental na transição da Europa para a saída da crise. No

entanto, é necessária uma modernização do sector para enfrentar a concorrência global em educação, investigação e inovação.

2) Em segundo lugar, a União Europeia tem um papel catalisador, dando um impulso político e financiamento específico para apoiar a reforma e modernização, com um impacto significativo sobre a qualidade e desempenho das instituições de ensino superior. O Horizonte 2020 e o Quadro Comunitário Europeu têm uma enorme importância estratégica para o desenvolvimento da inovação, da competitividade e, portanto, o emprego do espaço europeu.

3) Finalmente, os próximos 7 anos, que coincidem com o próximo quadro financeiro europeu, serão cruciais para Portugal: a saída da crise e a definição do modelo pós crise. A capacidade de Portugal para enfrentar os desafios depende da boa execução do programa de ajustamento em curso, mas também da forma como Portugal conseguir tirar partido das suas potencialidades naturais em termos de recursos endógenos, das excelentes infraestruturas de que dispõe e da excelência do potencial científico e da excelente rede de ensino superior,

potenciados pela aplicação apropriada do próximo quadro comunitário e dos restantes programas europeus.

Só assim conseguiremos colocar Portugal na senda do crescimento económico, criação de emprego, proporcionando uma qualidade de vida a todos os portugueses.

Para terminar resta-me desejar que a Escola Superior de Ciências Empresariais e o Politécnico de Setúbal tenham muito sucesso nas suas actividades, tanto intramuros como nas de ligação à comunidade envolvente, e fazer votos de os próximos anos assistam a um reforço ainda maior da visibilidade e do prestígio destas duas instituições, quer no plano nacional quer no plano internacional.

Muitas Felicidades. Continuem o bom trabalho. Bem hajam!